

FINANCIAMENTO DE REDD+: PERSPECTIVAS PARA DOHA

Inicia-se em Doha essa semana a décima oitava reunião das partes da convenção do clima. Instância máxima da regulação climática em nível internacional, é na convenção em que se acertam as agendas e alinham-se as expectativas em relação às alternativas de redução de emissões de CO₂ e os respectivos compromissos de cada país.

Para o Brasil as negociações em torno do mecanismo para reduzir as emissões do desmatamento e degradação florestal, o REDD+, são de maior importância, uma vez que o desmatamento tem sido e continuará sendo no horizonte próximo a maior fonte das emissões nacionais.

Do ponto de vista político, o momento dessa reunião é bom. Em Durban no ano passado foi acertada a construção de um novo acordo climático até 2015, onde pela primeira vez os dois principais emissores (EUA e China) terão compromissos. Ambos os países renovaram recentemente, cada um à sua maneira, suas lideranças políticas. Nos EUA, Obama, em início de segundo mandato, tem espaço político para ser mais ousado, ainda mais com o exemplo da Califórnia que começa a implementar um modelo legislação climática com potencial de ser replicado em todo país.

Para quem acompanha o ballet das negociações multilaterais em relação ao REDD+, os resultados do ano passado na COP17 foram tímidos, mas ficou claro que não haverá um regime climático que não considere esse mecanismo como parte fundamental das reduções de emissões em nível global. As incertezas no entanto ficam por conta do financiamento de tais atividades, a “política por trás do dinheiro”. Enquanto não se decide se o financiamento será feito a partir de fontes de mercado, de doações e fundos públicos, ou de uma combinação das duas coisas, o que seria preferível, perde-se tempo e aumenta-se as incertezas dos investidores.

Agora na COP18 espera-se uma decisão concreta em relação ao uso de instrumentos de mercado. No texto base, que começou a ser negociado essa semana, há uma opção clara para encorajar o envolvimento do setor privado. Há inclusive a possibilidade de se criar um Banco de Reserva de Carbono com as seguintes atribuições:

- a. Acompanhar a regulamentação dos novos mecanismos de mercado;
- b. Garantir o funcionamento eficiente dos mercados de Carbono;
- c. Garantia de preços mínimos;
- d. Criação de uma conta de reserva de carbono;
- e. Criação de mecanismos de solução de disputas.



Um posicionamento firme do Brasil nas negociações pode ser decisivo para o estabelecimento e aceitação dessas fontes de mercado que sem dúvida aumentarão consideravelmente os recursos investidos em conservação de florestas. Infelizmente, nosso Ministério de Relações Exteriores não dá sinais de que irá apoiar tal posicionamento, apesar de reivindicações claras por parte da sociedade civil, dos estados e até mesmo de outros ministérios no governo.

Não restam dúvidas que investimentos privados em REDD+ têm características importantes para a criação de uma cultura florestal e para a valorização da floresta em pé como, por exemplo, inovação, capilaridade e continuidade no tempo. Tais investimentos, é claro, dependem da perspectiva de obtenção de resultados, que por sua vez dependem da regulamentação de mercados nacionais e internacionais.

Em Doha é o momento para o Brasil deixar de lado o discurso puramente estatizante, defendido por países como Venezuela e Bolívia, e defender um posicionamento mais pró-mercado, criando incentivos para investimentos na conservação das nossas florestas.